

DE SEM-TERRA A ASSENTADO: USO DE METÁFORA E METONÍMIA EM DISCURSOS DE REASSENTADOS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-217>

Data de submissão: 31/09/2024

Data de publicação: 31/10/2024

Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro

Doutorado em Letras

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4867-4317>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2643556921640915>

Welton Rodrigues de Souza

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação - Presidente Prudente

Universidade do Oeste Paulista, Unoeste, Brasil

E-mail: weltonprofessor10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9779-7022>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2632832859120465>

RESUMO

O contexto rural da cidade de Castilho-SP caracteriza-se, atualmente, pela legalização de treze assentamentos, dos quais o Assentamento Celso Furtado, o segundo maior da região, lócus desta pesquisa, reúne cento e oitenta e sete famílias. Com a meta de contribuir para os estudos sobre identidade e sobre o sujeito-assentado o artigo pretende problematizar as representações que uma moradora do assentamento faz de si quando era designada como sem-terra, abordando a metáfora e a metonímia pelos construtos teóricos realizados por Orlandi (2015) e Fiorin (2002). Já para discutir as considerações sobre sujeito e discurso, baseamo-nos pressupostos teóricos de Pêcheux (1990) e Foucault (2018); a identidade, por seu turno, é vista pela esteira de Hall (2020) e Coracini (2007); conceito de exclusão, reportamo-nos às contribuições de Bauman (1998) e Bhabha (1998). O trabalho é inscrito no viés discursivo, com base no método arqueogenealógico foucaultiano, que tem o objetivo de discutir como surgem os saberes e como estes se transformam. Para a coleta dos dados, realizamos a entrevista gravada em áudio no próprio assentamento, no qual a assentada respondeu à pergunta: como se via na condição de sem-terra? Observamos que a exclusão se manifesta por meio das representações que a assentada atribui à identidade atual e as imagens que ela acredita que a sociedade realiza dela.

Palavras-chave: Identidade. Exclusão. Metáfora. Metonímia. Sem-Terra.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado de algumas inquietações diante de leituras de estudiosos que enfocam o trabalho rural no Brasil, entre eles Caldart (2004) e Martins (2003 e 2010), além do interesse pelo estudo da representação/identidade do sujeito assentado. Interesse que é decorrente de conversas informais que tivemos com alguns assentados que prestam serviços no Condomínio *Encontro das Águas*, a seis quilômetros do assentamento Celso Furtado, em Castilho-SP. Nessas conversas, algumas vezes eles deixaram transparecer o que “pensam” de sua condição de assentado, em formulações ou em enunciados ambíguos, que nos provocaram a empreender esta busca pelos seus dizeres.

O mundo globalizado do qual fazemos parte permite-nos questionar diversos conceitos cristalizados durante a história de algum grupo social, o que pode conduzir a uma prática discriminatória, em que o poder social pode gerar pensamentos hegemônicos e interditar aqueles que não acreditam numa sociedade homogênea.

Segundo Martins (2003, p. 122), o acampamento sem-terra pode ser definido como “a aparência concreta do provisório, do nada e da multiplicação de todas as heranças que poderiam ter existido um dia [...] é um momento de vivência de um processo de dessocialização, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteiam lealdades e condutas”. Ao qualificar o acampamento sem-terra como “provisório”, Martins (2003) aponta para o fato de que alguns requisitos básicos para sobrevivência humana geralmente não são oferecidos nesse espaço.

Diante da falta de recursos, os moradores também perdem o direito de socialização, situação que pode colocá-los à margem da sociedade. A isso se acrescenta, pela leitura de Rodrigues (2011, p. 13), “que qualquer tipo de formação social se sistematiza tensamente em busca de uma homogeneização a partir de posições ideológicas de classes e de grupos específicos”. Entendemos que, mesmo buscando a homogeneização, qualquer tipo de formação social é considerado heterogênea, já que se baseia em várias instâncias produzidas pelo Estado. A noção de homogeneidade é uma ilusão necessária do sujeito, que não se concretiza por não haver uma transparência de sentido, já que o seu discurso pode ser sustentado pela subjetividade. Na certeza de que é capaz de ser o dono do seu discurso e detentor das suas escolhas, intenções e decisões, o sujeito apoia-se nessa ilusão necessária, esquecendo que várias vozes se fazem presentes na sua fala, revelando a sua inscrição ideológica, a sua historicidade e as formações discursivas que perpassam os seus dizeres.

Ainda segundo Rodrigues (2011, p. 21), as formações sociais são definidas como “heterogêneas”. Se elas se apresentam totalizantes e hegemônicas, é tão somente em virtude de “um conjunto de efeito em suas múltiplas materializações disseminadas no tecido social”. Assim, para mudar da condição de sem-terra para assentado, é preciso produzir e regularizar a posse de terras, por

meio de um documento cedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que confere autonomia para instalar legalmente as famílias desses produtores rurais.

Para trazer a contextualização do MST (Movimento dos Sem-Terra) no Brasil, recorremos ao texto de Caldart (2004), em que a autora esclarece que o movimento teve sua maior repercussão no dia 4 de maio de 1978, quando cerca de 1800 famílias de colonos foram expulsas da reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, legalmente propriedade de indígenas Kaingang desde 1847. Esse fato contribuiu para o desenvolvimento de um dos principais movimentos sociais do Brasil, o Movimento dos Sem-Terra.

Sabe-se que hoje, no Brasil, ainda existe uma desigualdade na distribuição de terras, predominando assim a concentração fundiária e, como a reforma agrária não acontece, a realização da política de assentamentos rurais vem-se fortalecendo. Observamos que os objetivos do MST vão além da reforma agrária, buscando a inclusão social dos sem-terra e assentados. Os acampamentos sem-terra, que geralmente se perpetuam à beira das estradas, contam com uma infraestrutura precária, na qual várias famílias criam os seus filhos, que, por sua vez, são expostos a confrontos sociais e perdem a sua referência, o que pode contribuir para a exclusão social. (MARTINS, 2010).

Posto isso propomos contribuir para os estudos sobre identidade do sujeito-assentado, problematizando a representação que ele faz de si quando era designado como sem-terra, abordando a metáfora e a metonímia pelo viés de Orlandi (2015) e Fiorin (2002) e para conceito de exclusão, reportamo-nos às contribuições de Bauman (1998) e Bhabha (1998).

Este trabalho inscreve-se na perspectiva do discurso-desconstrutivista, no qual Coracini (2003, p.18) afirma ser necessário “problematizar as situações naturalizadas pelo hábito e que, por isso mesmo, parecem inquestionáveis”. Entendemos que devemos compreender o contexto histórico-social do sujeito para trabalharmos o cópús discursivo com o propósito de desconstruir dicotomias e certezas construídas ao longo da história. Assim, propomos a desconstrução de grupos sociais homogêneos e a fragmentação de condutas. Nessa perspectiva, consideramos que todo discurso é passível de desconstrução e, por isso, não pode apresentar um significado anterior à interpretação, já que a constituição dos sentidos é decorrente de vários âmbitos sociais. Notamos, segundo a autora, que tanto a abordagem discursiva como a desconstrução trabalham com a determinação social que atua na constituição dos sentidos. E no método arqueogenealógico de Foucault (2008), no qual aborda-se a historicidade constitutiva agregada aos valores no momento social e reconstrói as singularidades históricas e as suas rupturas. Desse modo, o método arqueogenealógico desenvolvido pelo filósofo prima por criar consciência crítica sobre a circulação dos discursos diante das verdades aceitas e dos

valores praticados. Tal método subsidiou os procedimentos para a análise do recorte da entrevista gravada em áudio com uma assentada no próprio assentamento.

Assim, este artigo está dividido em três partes: apresentação da teoria que fundamenta a análise, pelos conceitos de exclusão, metáfora e metonímia, a metodologia inscreve-se que na perspectiva discursivo-desconstrutivista e no método arqueogenealógico foucaultiano e o terceiro item corresponde análise, na qual abordamos a metáfora e a metonímia.

2 METODOLOGIA

De acordo com Orlandi (2015, p. 59), a Análise do Discurso “não possui uma metodologia específica, um modelo, um esquema já dado que permita ou pudesse apenas enquadrar dados ou forma de trabalhá-los”, cabendo ao analista “adotar princípios e procedimentos”. Dessa forma, não existe um “esquema” apropriado para todos aqueles que se propõem analisar discursos, pois a AD não tem como propósito reforçar dados estatísticos em pesquisas quantitativas e não prima por nomear as pessoas, por meio de números, tabelas e gráficos. Na esteira da autora, entendemos que as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação na qual o seu discurso é proferido, interpretando o contexto, que engloba um determinado discurso e a representação do sujeito por meio do enunciado que profere. Assim, as condições de produção atuam diretamente na constituição dos sentidos e contribuem para a análise de um acontecimento discursivo, apontando para as imagens que o locutor faz do lugar de onde fala, de si mesmo, do outro e do referente, imagens essas que direcionam e provocam sentidos em seu dizer.

Já a noção de representação é entendida, segundo Brandão (1998, p. 35), “como uma operação, por meio da qual o sujeito se apropria do objeto, de algo que lhe é heterogêneo e, convertendo em ideia, torna-o homogêneo à consciência”. Ao pensar na representação, recorreremos ao imaginário discursivo de Pêcheux (1990): todo sujeito atribui imagens ao outro e a si. Por meio dessas imagens, ele elabora os seus discursos e determina as relações de sentido, que podem ser produzidas conforme o lugar social que ocupa. Observamos que a posição social ocupada pelo sujeito é inerente ao seu dizer e, às vezes, pode reportá-lo ao lugar do outro. Entendemos então, que o lugar que o sujeito ocupa é responsável pelo seu discurso e pela imagem que ele faz de si e do outro. Neste artigo, analisamos o recorte de uma entrevista, gravadas em áudio e transcrita com a finalidade de mostrar, nos dizeres da assentada a representação de sua condição de ex sem-terra e da sociedade.

O referencial teórico da pesquisa foi construído por meio de investigações bibliográficas pertinentes à Análise do Discurso de Linha Francesa e aos Estudos Culturais. Também constituem o texto os estudos realizados sobre o Movimento dos Sem-Terra.

Esta investigação inscreve-se na perspectiva discursivo-desconstrutivista, em que a análise de qualquer fato linguístico, segundo Coracini (2003), deve levar em conta as condições de sua produção, ou seja, o contexto histórico-social, o espaço onde foi proferido, bem como o lugar discursivo ocupado pelo sujeito, com o propósito de problematizar determinadas condutas. Também se baseia no método arqueogenealógico foucaultiano, que tem como propósito responder como surgem e se transformam os saberes, o que, numa terminologia nietzchiana, Foucault nomeou como “genealogia”. Entendemos que não há uma teoria do poder, mas um entendimento de como ele é constituído historicamente, baseando-se a ideia de poder numa teoria provisória e inacabada. O poder não é direcionado apenas pelo Estado, mas prolifera em várias instituições, caracterizando os micropoderes (Foucault, 2008). Já a arqueologia tem como premissa abordar a epistemologia, ou seja, o conhecimento, construindo uma história dos saberes. Foucault (2008) afirma que a episteme pode ser definida como a ordem específica do saber e a configuração que ele assume em um contexto histórico.

O conceito de entrevista, por sua vez é tratado por uma ótica discursiva que se regulariza por uma produção situada na história e na sociedade, podendo ser realizada num local combinado com o entrevistador, o que favorece um contato mais direto com o entrevistado. Cabe lembrar que a entrevista não pode ser vista apenas como um mero instrumento de coleta de opiniões que busca responder aos anseios pessoais do entrevistador. Entendemos que ela tem o intuito de identificar, nas práticas discursivas, o sentido do texto e realizar um trabalho de ressignificação, com o propósito de chegar à compreensão do que (não) foi dito (Rocha *et. al.*, 2004).

3 RESULTADOS

A Análise do Discurso de linha francesa surgiu na intelectualidade francesa na década de 1960, marcada pela conjunção entre a filosofia e a prática política, já como um campo transdisciplinar, que permite ao analista do discurso transitar entre a linguagem e o social, de modo a buscar várias redes teóricas e transformar o seu olhar por meio delas. Seu marco inicial data de 1969, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)*, com Michel Pêcheux (1988), e da revista *Langages*. A partir dessas publicações, a AD reage contra o estruturalismo, em busca do estudo do sujeito, seus discursos e suas práticas. Vale lembrar que a AD foi pressionada por dois fatores que refletiam um estado de crise à época de sua fundação: a evolução que se expandia nas teorias linguísticas e as transformações no campo histórico e político.

A AD reflete o percurso histórico, social, econômico e cultural do sujeito, revelando a composição dos sentidos de seus dizeres diante da materialização da sua linguagem e demonstrando para o outro quais discursos perpassam a sua identidade. Esta não é inata ao ser humano e nem

concreta, mas um processo contínuo de construção/transformação. E nesse processo contínuo, a linguagem realiza a mediação entre o homem e o meio social de que ele faz parte e, por meio do seu discurso, observamos a produção de sentidos que emanam dos seus dizeres. Dessa forma, pela leitura de Orlandi (2015, p. 15 e 16) entendemos que “a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”.

O discurso, por sua vez, é definido por um conjunto de enunciados que se configuram por meio das formações ideológicas, consideradas instáveis pela AD francesa. Entendemos que não existe um discurso considerado “único”, já que o mesmo discurso pode ser proferido por sujeitos diferentes. Os sentidos das palavras não são literais, pois estão ligadas à exterioridade, de modo que todo discurso é produzido e orientado pelo já-dito¹ e manifesta os seus efeitos de sentido pela materialidade. Pêcheux (1990) ressalta que o já-dito é conduzido pelo inconsciente e pela ideologia, elementos que, na AD, deixam de residir apenas na linguagem e tornam-se constitutivos do discurso. O sujeito então se apresenta como um indivíduo interpelado pelas ideologias que o rodeiam; ele não é, pois, mero ator coadjuvante do discurso, mas o responsável pelo discurso que profere, cindido pelos interdiscursos que orientam os seus dizeres e constituem a sua identidade. Ainda Pêcheux (1990) retoma o conceito de ideologia de Althusser, para fixar o lugar da ideologia na construção de sua teoria do discurso. Para ele, o Aparelho Ideológico de Estado, não é a expressão da ideologia dominante burguesa, mas o local e o meio para a realização desta dominação, ou seja, a ideologia dominante é propagada nos discursos das instituições sociais, com o propósito de interpelar os sujeitos, orientando assim o discurso.

Já que o sujeito é interpelado pelas instituições sociais, nos reportamos ao conceito de identidade pelo viés de Coracini (2007), no qual ela relata que diante da ilusão da univocidade, o sujeito acredita ser o responsável pela formação da sua identidade, não atribuindo ao outro a sua constituição. Esta se apresenta como um processo inacabado, que se orienta por momentos de identificação revelados pelas formações discursivas e pelo inconsciente do sujeito. A identidade não está, portanto, pronta e acabada; ela é preenchida a partir do nosso exterior e pelo olhar do outro. Desse modo, todo sujeito passa por uma transformação identitária constante, pelo fato de transitar por várias instituições sociais. Notamos uma busca social para nomear determinado grupo ou nação, acreditando que, dessa forma, seja possível atribuir identidades que busquem a homogeneidade. A esse respeito, Coracini (2007, p. 49) salienta que “não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada

a consciência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis”.

Entendemos, com Coracini (2007), que a busca pela completude do sujeito diante da sua identidade faz que ele acredite numa identidade homogênea, mesmo se constituindo como um ser desejante. Ao acreditar na homogeneidade, desconsideram-se as características pessoais do indivíduo, a sua historicidade e as formações discursivas que constituem ou formam seu discurso. Ao citar Lacan, a autora afirma a dificuldade de considerar a alteridade, já que temos anular as características do sujeito e as suas produções discursivas.

Segundo Hall (2020, p. 7), “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social [...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”. Observamos, pois, que a identidade concreta e conclusa não faz mais parte do conceito de identidade moderna e que o sujeito não é mais visto como um ser unificado; há um processo de mudança que se estabelece nos dias atuais: o sujeito desestabiliza o conceito de homogeneização e abala as estruturas sociais que defendem a fragmentação da identidade. Portanto, estabelece-se uma crise identitária nos meios sociais, pelo fato de vários sujeitos não estarem preparados para conceber a ideia de um sujeito heterogêneo, que desconstrua o conceito de univocidade. A questão da desestabilização traz um sujeito cindido, que é visto no e pelo olhar do outro. Existe uma perda de sentido de si e o sujeito não é estável e definido, já que, para “formar” a sua identidade, ele é invadido por várias circunstâncias, como etnia, gênero, religião, classe social e outras. As mudanças ocorridas na sua vida e o próprio contato com outros sujeitos representam o seu processo de transformação.

Hall (2020, p. 38) afirma que, na identidade, “existe sempre algo imaginário, ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”. Portanto, a identidade não é conduzida pela racionalidade e, sim, pelos processos que emanam do inconsciente e pelas formações ideológicas que cercam o sujeito. Dessa forma, entendemos que a incompletude faz parte da sua essência, pois esse sujeito busca e deseja, fantasia e idealiza o seu eu e o mundo do qual faz parte. Entendemos, então, que a identidade não está pronta e acabada; ela se desenvolve ao longo do tempo, por processos de identificação que são inerentes à consciência e se apresentam no decorrer da vida do sujeito.

Ainda Hall (2020) afirma que o conceito de identidade pode dialogar com a tradição cultural, por meio de um processo dinâmico de transformação e reiteração, do mesmo modo que se realizam as articulações das diferenças culturais ressaltadas por Bhabha (1998), quando se refere ao “entre-lugar”, afirmando que a relação com a tradição possibilita que os sujeitos busquem uma identidade e confirmam

autoridade aos seus discursos. Bhabha (1998, p.21) destaca que “o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição”. Entendemos que esse processo acaba afastando do sujeito a possibilidade de “identidade original” ou de “tradição recebida”, já que esses embates diante da diferença cultural são consensuais e conflituosos, confundindo nossas definições de tradição e modernidade.

Por acreditarmos num sujeito interpelado pelas instituições sociais, pela presença do outro, abordarmos na sequência o conceito de exclusão com o propósito de entendermos como essas relações se fazem no discurso e como elas determinam o lugar que o sujeito ocupa no meio em que vive.

Conforme Bauman (1998, p. 27), os sujeitos excluídos “não se enquadram num padrão aceito pela maioria das pessoas, o que faz deles estranhos, pois a sua simples presença causa desconforto, trazendo obscuridade e gerando incertezas por meio das suas condutas”. Notamos que cada sociedade produz os seus estranhos, ao mesmo tempo em que cria padrões estéticos e morais a serem seguidos, já que esses sujeitos não se enquadram nas condutas estipuladas pela sociedade.

A exclusão não é um estado; ela define a relação do homem com outros. Não tem uma única forma, pois abrange vários grupos e determina-se por várias condutas, como a humilhação, a violência e até mesmo a exploração. Também não é uma falha do sistema, que alguns acreditam que deve ser combatida por perturbar a ordem social. (Sawaia, 2001).

Esses grupos sociais, conforme Bhabha (1998, p. 21), não correspondem somente à imagem das pessoas que dele fazem parte, mas também ao “lugar discursivo e disciplinar de onde as questões da identidade são estratégica e institucionalmente colocadas”. Entendemos que as instituições que moldam a identidade do sujeito e conduzem o seu discurso fazem que ele estabeleça uma conduta que julgue adequada para a maioria das pessoas, tentando discipliná-lo, o que de certa forma corrobora a exclusão. Mesmo diante desse poder disciplinador, o sujeito não se torna passível, o que contribui para que ele deixe a sua marca de resistência. Segundo o autor essa conduta pode, para muitas pessoas, gerar uma “mancha” na identidade do sujeito.

Para Bhabha (1998), o lugar da diferença e da alteridade nunca se afasta da vida social do sujeito, configurando-se como uma pressão que se vai estabelecendo gradualmente, que ocorre de forma desigual ao longo da vida do sujeito, contribuindo com práticas discriminatórias que podem desqualificar grupos sociais. Assim, entendemos que os efeitos discriminatórios se realizam por meio de uma estratégia de recusa daquilo ou daquele que não se enquadra na grande maioria das condutas sociais e não aceita a sujeição.

Ao postular a exclusão, Bhabha (1998, p. 163) menciona que os sujeitos discriminados “podem ser instantaneamente reconhecidos, mas eles também forçam um reconhecimento da imediação e da articulação da autoridade”. Entendemos que, ao reconhecer a autoridade que está a sua volta, o sujeito adquire o poder da intervenção e se liberta da repressão silenciosa, representando, pelo enunciado, aspirações, condutas e as vozes que perpassam os seus dizeres.

No caso dos lugares de onde enunciam os sujeitos assentados da pesquisa, podemos dizer que se trata de entre-lugares, que são decorrentes das diferenças sociais, ideológicas, raciais. Bhabha (1998, p. 20) afirma que “é na emergência dos interstícios, a sobreposição de domínios da diferença que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, que o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”. Esse sujeito do “entre-lugar” realinha as fronteiras de espaço e tempo e dialoga com o seu passado para ressaltar a sua transformação identitária. Assim, entendemos que ele não tem uma condição social definida e transita entre o passado (o antes) e o presente (o agora). Além disso, notamos que a metáfora e metonímia também permeiam nos seus dizeres.

Para discorrermos sobre a metáfora e metonímia podemos recorrer ao estudo realizado por Fiorin (2002, p.65) no qual o autor busca empreender o signo enquanto denotação e conotação. Para tanto o autor aborda que o “signo é a união de um plano da expressão a um plano de conteúdo”. E como exemplo apresenta o sentido denotativo que permeia da palavra olho que se define o órgão do corpo responsável pela visão e da palavra gato (animal mamífero e doméstico), que associados denominam a palavra olho de gato, que engloba um significado. Na língua o termo “olho de gato” designa segundo o estudioso (2002, p. 65) “chapinha colocada em pequenos postes instalados ao longo das estradas de rodagem, que refletem a luz dos faróis dos automóveis, para marcar os limites do leito da estrada”.

Entendemos então que a o signo denotado no plano da expressão é um signo ao qual podemos acrescentar um plano de conteúdo. Assim ao acrescentar significado ao significado já existente no signo que denotado, corroboramos com a mudança de sentido, criando dessa forma, um outro sentido para o signo conotado. Diante disso, Fiorin (2002) justifica que essa relação se conclui caso houver relação significado que se acrescenta ao outro já existente.

Ao percorremos os estudos do significado realizado por Fiorin (2002), visualizamos o conceito de metáfora e metonímia nos enunciados. Para ele, a metáfora é o acréscimo de um significado a outro por meio relação de semelhança e pela transferência de sentidos. Portanto ao retomarmos o exemplo da expressão “olho de gato”, entendemos que os dispositivos colocados às margens das estradas são definidos desta forma pelo fato de refletir a luz, como acontece com os olhos do animal mamífero gato. Já a metonímia é o acréscimo do significado a outro, gerando proximidade em que a propriedade do

ser designa o ser, como exemplo citamos os dizeres: a fome é sempre analfabeta, em fome está retomando a expressão miserável, já que na metonímia o ser designa outro.

Já Orlandi (2015) enfatiza a metáfora abordando o inconsciente e a historicidade que perpassam os dizeres do sujeito que estabiliza meios de procedimentos de análise do discurso do sujeito. Assim o efeito metafórico, o deslize, próprios do simbólico e lugar da interpretação, da ideologia e da historicidade “são próprios da relação da língua e do discurso. Isto é, segundo ela, esses deslizes e o efeito metafórico na interpretação apontam para a duplicidade do discurso que na psicanálise envolve o inconsciente, e na análise do discurso envolve a ideologia. Assim, é nos deslizes dos sentidos que o efeito metafórico —está na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos (Orlandi, 2015, p. 63).

Ainda para autora ao trabalhar materialidade discursiva o analista pode estabilizar na análise a paráfrase e a metáfora no interior de sua prática, considerando o equívoco, ou seja, a falha da língua inscrevendo-se na história. Assim, a paráfrase e a metáfora podem ser definidas como suportes analíticos de base, pois ambas, pois ambas são definidas diferentemente pela análise de discurso. Portanto, ao pensarmos na configuração das formações discursivas, é a paráfrase que está na base da noção de deriva, que por sua vez se relaciona ao que Pêcheux (1990) define como efeito metafórico que seria o fenômeno semântico fabricado por uma substituição contextual, produzindo um deslizamento de sentido, no qual o gesto de interpretação do analista, ao descrever e interpretar um discurso opera com a paráfrase e a metáfora como constitutivas do funcionamento da discursividade.

Para Orlandi (2015) a paráfrase e a metáfora têm a função de explicitar procedimentos de análise e constituem-se como uma marca de especificidade da análise do discurso, pois introduz uma noção de metáfora que não deriva dos estudos literários, da mesma forma que a o conceito de memória não remete apenas as noções cronológicas. Dessa forma, ao trabalhar essas noções dentro do corpus o analista tem a possibilidade de trabalhar o que é estabilizado e o equívoco do sujeito no discurso.

4 DISCUSSÃO

Os dizeres analisados são de uma assentada, designada A1, de 37 anos, que há seis anos tornou-se assentada, tendo permanecido na condição de sem-terra durante quatro anos. Nesse excerto, ela fala sobre a representação da condição de sem-terra:

R 01: Para o social a gente era bando de vagabundo... quando a gente era sem-terra era sim complicado... porque você tinha que morá num barraco de lona né...num tinha um banheiro...você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades... você vivia uma vida precária por ajuda de outras pessoas... porque você tava lá e não podia trabalhá... a assistência que eles davam pra gente era muito pouca né... você num podia sair pra trabalhá... nem o homem nem a mulher... então você tinha que ficá ali né... pra constá que você morava ali... pra podê consegui né um pedaço de terra[...] A gente passava assim as vezes humilhação... que às vezes as pessoas passavam na beira da pista xingava a gente... dizia que a gente era baderneiro né/ falava...

“Vai trabalhá vagabundo seu sem-terra”... aí era humilhante... mais como a gente queria um pedaço de terra né... a gente si submetia a tudo a isso... que passava dias e dias sai hoje sai amanhã... graças a Deus que até um dia deu certo saiu e a gente conseguiu.

Logo no início dos seus dizeres, a assentada afirma que a condição de sem-terra a colocava como “vagabunda”, trazendo o efeito de sentido de aproveitadora que desvincula a sua imagem de um sujeito que se engloba na maioria dos moldes sociais, pela condição de não trabalha para promover o seu próprio sustento. Para corroborar com essa visão segundo Michaelis (2014, p. 35) o termo “bando”, define-se como “ajuntamento de pessoas ou animais; facção e partido; tropa indisciplinada; companhia de malfeitores; quadrilha; certo número de famílias associadas em caráter permanente e que habitam uma determinada região; gente que anda pelas ruas pedindo auxílio financeiro para alguma que para alguma obra”. Ao recorrermos aos construtos teóricos de Fiorin (2002), observamos que a junção dos signos “bando” e “vagabundo”, conduzem ao conceito de metáfora e metonímia, já que para o autor a metáfora realiza-se pelo acréscimo de um significado a outro por meio da relação de semelhança e transferência de sentidos. Portanto entendemos que o termo “bando” pede outro signo para determinar qual o bando que estamos nos reportando, no qual inseriu-se a palavra “vagabundo”, trazendo assim um efeito de sentido depreciador a representação de sem-terra e a metonímia que para Fiorin (2002) é entendida como o acréscimo do significado a outro significado.

Observamos a reiteração de “a gente”, colocando todos os assentados na mesma condição, por sofrerem das mesmas privações humanas, no período em que moravam nos acampamentos sem-terra. Essas privações são apresentadas em todo o recorte. Nos dizeres: “porque você tinha que morá num barraco de lona”, “num tinha banheiro”, “você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades”, notamos que a condição de sem-terra não proporciona ao sujeito A1 o “cuidar de si”, que, para Foucault (1998), significa desenvolver atividades e criar condições que contribuam com a existência. Por outro lado, ao expressar todas as precariedades vividas como sem-terra, A1 também traz o discurso da vitimização, que, segundo Martins (2003), é uma situação que pode ser contextualizada histórica e socialmente: ser vítima é tornar-se ou ser eleito pela sociedade como alvo de isolamento, já que as suas concepções de vida não estão de acordo com a conduta da maioria dos indivíduos.

O uso do pretérito imperfeito, em “tinha”, “podia”, “submetia”, “vivía”, produz sentido de repetição, de hábito ou frequência, a que se aliam os efeitos de obrigação e proibição, advindos da modalidade deôntica que circunda os enunciados, reportando ao passado de A1 e às condutas que deveria seguir para se manter dentro do acampamento. “Hoje”, na condição de assentada, recorre à

memória, que, segundo Pêcheux (1990), a memória traz as ideologias apresentadas pelo interdiscurso, que perpassa os dizeres do sujeito, os já-ditos.

O pronome “eles” remete, por anáfora indireta (AI), ao outro, aos representantes do Incra, que concedem alguma ajuda aos sem-terra no período em que ficam nos barracos de lona. Já os dêiticos “ali” e “lá”, segundo Fiorin (2005), trazem o conceito de espaço ocupado, de lugar, designando os acampamentos dos sem-terra, representados ora como próximos, ora como distantes, embora também por AI, mas sempre como um espaço restrito de abrangência. Importa esclarecer que a relação de AI ocorre, conforme Marcuschi (2005), quando não há um antecedente textual.

Os dizeres: “você num podia sair pra trabalhá” e “nem o homem nem a mulher”, configuram relações de poder impostas pelo Incra: critério adotado para o repasse de terras, os sem-terra devem permanecer durante o dia e à noite nos acampamentos, sem nenhum vínculo empregatício, perpassando aqui a formação discursiva institucional do Incra. Entendemos, então, que permanecer no acampamento e atender às exigências do Instituto definia-se como uma condição do poder, porém uma submissão temporária, até o alcance das terras, conforme o comprovam as formas verbais de imperfeito, em seu sentido aspectual de processo que teve sua ocorrência/duração interrompida. Diante disso, mencionamos Gore (1994): para compreender por que o sujeito se expõe a uma condição de submissão, devemos observar quais os pontos particulares que o levam a tal conduta. Também entendemos ser pertinente aqui o que postula Bhabha (1998): interroga-se não apenas a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde suas estratégias são conduzidas pelas instituições a que pertence. No caso dos sem-terra, eles permaneciam à “margem da sociedade”, com o propósito de alcançar o pedaço de terra.

Os trechos: “a gente passava assim às vezes humilhação”, “que às vezes as pessoas passavam na beira da pista xingava a gente” e “dizia que a gente era baderneiro” inscrevem-se na formação discursiva da exclusão, pois trazem o olhar do outro, a inquietação da sociedade diante da presença dos assentados. Segundo Bauman (1998), toda pessoa que não está vinculada a nenhum modelo moral ou estético social traz o incômodo da sua presença, por ser “imaginada” como estranha pelo outro. Assim, o fato de os sem-terra estarem expostos nos acampamentos montados à beira das rodovias provoca uma representação negativa de si pela sociedade, que vê pessoas inativas (porque “num podia sair pra trabalhá”) e barracos espalhados, em desordem.

O trecho “vai trabalhá vagabundo seu sem-terra”, em discurso direto, traz para a cena enunciativa o discurso do outro, numa manifestação da heterogeneidade mostrada a que se refere Authier-Revuz (1990), constituído pela formação discursiva da exclusão. É o olhar do outro – a sociedade organizada – incidindo sobre aqueles que se encontram à margem da sociedade. Impedidos

pelo Incra de buscar o sustento fora do acampamento sem-terra e mesmo diante da vida precária e da exclusão social, a entrevistada afirma que resistia e continuava no acampamento, pois a posse da terra era o seu objetivo. Esse fato é observado quando ela diz: “a gente se submetia a tudo isso”. O “tudo isso” traz o sentimento de exclusão, da falta de recurso, de humilhação e de submissão. Essa submissão não é entendida simplesmente como uma relação de poder imposta pelo Incra, já que, segundo Martins (2003), sempre existe um motivo, um objetivo, um interesse dos sem-terra em permanecer na situação de desconforto para mais tarde alcançar a sua casa, a sua comodidade e inserir-se no mercado do trabalho rural.

Nesse aspecto, devemos observar o sentido que assume (ou os efeitos que emergem) do verbo “trabalhar”: para o sujeito A1, o verdadeiro trabalho é o assalariado, vinculado ao mundo do capital. Na falha, ele acaba por assumir-se como “não trabalhador”, assim como o vê o outro, embora tenha uma “justificativa” para esse não fazer: o poder do outro institucional sobre si e sua condição de submissão. Os discursos do sujeito não confluem, portanto, para identidades “acabadas”, mas para flexibilidades e ambiguidades, oscilantes nas representações que atravessam esse sujeito.

Ainda no trecho “vai trabalhá vagabundo seu sem-terra”, o termo sem-terra, constitui-se de metáfora e metonímia, pois diante dos estudos realizados por Fiorin (2002) o termo “sem” acrescido da palavra “terra”, traz o conceito de metáfora e metonímia pois cada palavra possui o seu próprio sentido e ao associá-las, chegamos ao um signo linguístico. Além disso, Orlandi (2015) afirma que a metáfora relata a historicidade que perpassam os dizeres do sujeito que estabiliza meios de procedimentos de análise, portanto ao ser chamada de sem-terra a assentada acredita que está sendo desqualificada dentro da condição social que se encontrava.

5 CONCLUSÃO

Nos dizeres de A1, observamos necessidade de relatar a falta de subsídios dentro dos acampamentos, como a falta de banheiro. Além de apresentar essa condição indigna de sobrevivência, ela fala sobre as ofensas e as humilhações às quais foi submetida quando era sem-terra.

Notamos na fala de A1 que mesmo depois de ter mudado da condição de sem-terra e para assentada ela se sentem excluída socialmente, sobretudo quando era referida pelo outro como “sem-terra”. Diante disso, ela apresenta nos seus dizeres um sentimento de indignação diante do seu passado de sem-terra. Observamos então que o desejo de defesa é retratado quando ela manifesta que só queria um pedaço de terra para efetuar o seu trabalho.

Salientamos os discursos da vitimização e da conquista, nos dizeres da assentada, evidenciando. Além disso, notamos as formações discursivas: religiosa, em que os assentados se apoiam para

alcançarem a posse das terras; a trabalhista, para manifestar a luta constante pelo assentamento; e da exclusão, reconhecendo que a exclusão é marca da identidade de quem luta pela terra, seja como sem-terra ou assentado.

Esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam de alguma forma para o reconhecimento desses sujeitos como participantes do tecido social, o que concorreria para a desmistificação da imagem do sem-terra explorador, aproveitador e depredador. Além disso, acreditamos que pesquisas voltadas para cidadãos que têm a sua identidade moldada por uma sociedade discriminatória possam ganhar voz e conquistar o seu lugar social. Ressaltamos que o fato de alguns sujeitos manifestarem os seus discursos pode contribuir não só com as pesquisas acadêmicas, mas com o reconhecimento social e com o encorajamento de outros a expor suas ideologias.

Enfim, registramos aqui nosso olhar discursivo, porém outras possibilidades de interpretação são plausíveis em variadas abordagens. Acreditamos que a interpretação não se esgota no texto, mas foca no leitor, nos sentidos e nos efeitos, o que possibilita outras contribuições, a partir de novos olhares.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). Trad. Celene Cruz e W, Geraldi. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p. 25-42.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte. UFMG, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, representação e sentido*. In: _____. *Subjetividade, argumentação e polifonia*. A propaganda da Petrobras. São Paulo: UNESP, 1998.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem-terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. A análise do discurso na linguística aplicada. In: CASTRO, S. T. R. de (Org). *Pesquisa em linguística aplicada: novas contribuições*. Taubaté: Cabral Universitária, 2003, p. 16-31.
- _____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução a Linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- _____. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GORE, Jeniffer. M. *Foucault e educação: fascinantes desafios*. SILVA, Tadeu T. da Silva. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. Estudos Foucaultianos.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-102.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MICHAELIS, Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

ROCHA, D.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANNA. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*. Cuiabá: EDUFMT, 2004, p. 161-180.

RODRIGUES, Marlon Leal. *Análise do discurso na graduação: teoria & prática*. Dourados-MS: Nicanor Coelho Editor, 2011.

SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetivos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

SAWAIA, Bader. Uma ideologia separatista? In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 119-127.